

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 10.

1 A compra de produtos pela Internet ganhou muita popularidade com os *marketplaces*, grandes plataformas digitais que funcionam como uma loja virtual comum para que diferentes empresas comercializem seus produtos. Fazem o atendimento ao público e também o intermédio do processo de cobrança. Em alguns casos, a própria plataforma também se responsabiliza por parte da logística.

Essa é uma boa opção para varejistas que estão ingressando no mercado digital e ainda não têm recursos para investir em um *e-commerce* próprio. O comerciante se cadastra na plataforma e já pode começar a catalogar os seus produtos, mediante uma política de uso condicionada.

Entretanto, o comerciante que queira crescer *on-line* precisará inevitavelmente migrar para seu próprio *e-commerce*, o que lhe garantirá mais liberdade não só com a estrutura e *design* do *site*, mas também para criar ações promocionais próprias, criar categorias de produtos, proporcionar filtros de buscas para seus consumidores etc.

Diante do poder de informação e de escolha que a Internet proporciona aos consumidores, hoje a experiência de consumo do cliente com a empresa deve ser sempre priorizada. Sabe-se que, no mercado, manter um cliente é muito mais barato que conquistar um novo cliente.

Nos últimos três anos, o *e-commerce* brasileiro alcançou números bastante expressivos, mas os clientes não estão sendo mantidos como clientes ativos. Segundo resultados da pesquisa *E-commerce Radar*, 77% dos consumidores *on-line* fizeram compras apenas uma vez nos *e-commerces*. Apenas 11% compraram duas vezes e 5% fizeram compra mais de seis vezes em um mesmo *e-commerce*.

O alto índice de compra única não significa, entretanto, que os consumidores não tenham a tendência de se fidelizar a uma marca ou empresa. A pesquisa *Total Retail* mostrou, por exemplo, que, no Brasil, 65% dos consumidores *on-line* preferem comprar mantendo as marcas e empresas cujos produtos já consumiram.

O fato de os consumidores terem uma tendência a se fidelizar às marcas e o de a maioria dos clientes estar comprando apenas uma vez de uma marca ou empresa indicam que o relacionamento entre marca/empresa e sua base de consumidores está falhando.

Um traço muito marcante dos hábitos de consumo da sociedade de hoje em dia é que os compradores não querem mais apenas comprar; querem fazer disso uma experiência. O ato de consumir está ligado à ideia de fazer disso uma forma de o consumidor afirmar seus valores para o mundo.

Além disso, o consumidor está mais criterioso desde que ganhou poder de pesquisa de informação para tomar suas decisões de compra.

Por isso as empresas que conseguem se relacionar com o seu público, lançando conteúdo em plataformas próprias e gerando interação em redes sociais, vendem muito mais.

Rafael Rez. Internet: <www.novaescolademarketing.com.br> (com adaptações).

Acerca do texto e de seus aspectos linguísticos, julgue os itens de 1 a 6.

- 1 O texto, que se caracteriza como dissertativo, trata do mercado digital e da necessidade de se priorizar o relacionamento entre marca/empresa e o público consumidor para a obtenção de sucesso no *e-commerce*.
- 2 De acordo com o texto, o investimento em um *e-commerce* próprio é vantajoso para o comerciante que almeja prosperar no mercado *on-line*.
- 3 Na linha 1, estaria mantida a correção gramatical do texto caso a forma verbal “ganhou” estivesse flexionada na terceira pessoa do plural, concordando com o termo “produtos”.
- 4 Os vocábulos “também” e “têm” são acentuados graficamente de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.

- 5 Estaria mantida a correção gramatical do texto, mas não o seu sentido original, caso fosse inserida uma vírgula após o termo “*on-line*” (linha 8).
- 6 Consideradas as relações coesivas do texto, entende-se que, no segmento “o que lhe garantirá mais liberdade” (linhas 8 e 9), o vocábulo “o” refere-se ao fato de o comerciante “migrar para seu próprio *e-commerce*” (linha 8).

Considerando a correção gramatical e a coerência das substituições propostas para vocábulos e trechos destacados do texto, julgue os itens 7 e 8.

- 7 “Diante do” (linha 11) por **Em face do**
- 8 “desde que” (linha 27) por **uma vez que**

No que se refere à correção gramatical e à coerência da proposta de reescrita para cada um dos trechos destacados do texto, julgue os itens **9** e **10**.

- 9** “Fazem o atendimento ao público e também o intermédio do processo de cobrança.” (linhas 2 e 3): **Essas plataformas atendem ao público e também intermedeiam o processo de cobrança.**
- 10** “preferem comprar mantendo as marcas e empresas cujos produtos já consumiram” (linhas 19 e 20): **preferem adquirir produtos de marcas e empresas com as quais já tenha negociado**

Quanto à correção gramatical dos trechos apresentados e à adequação da linguagem à correspondência oficial, julgue os itens **11** e **12**.

- 11** Informamos que sua sugestão para a realização da Semana do Comércio foi submetida a aprovação da Presidência deste Conselho, aguardando seu pronunciamento à respeito.
- 12** Esclarecemos que vocês tem até o último dia útil do mês para a marcação das férias relativas ao ano em curso. Findo o prazo, o referido período será definido pela chefia imediata.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e teclar corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

A respeito dos modos de utilização de tecnologias, do programa Microsoft Word 2013 e do sistema operacional Windows 10, julgue os itens de **13** a **17**.

- 13** A cópia de dados de um endereço específico da memória é realizada pela operação de leitura.
- 14** A memória virtual é um método que incorpora à memória RAM do computador uma parte do disco rígido.
- 15** Um recurso recente e bastante útil do Word 2013 é o



recurso . Entretanto, ele não está

disponível nas versões anteriores desse editor de texto, como, por exemplo, no Word 2010.

- 16** Esportes e Dinheiro são exemplos de alguns dos aplicativos disponíveis no Windows 10.
- 17** A Tela de Bloqueio do Windows 10 aparece todas as vezes que o computador é ligado. Nela, o usuário poderá visualizar algumas informações, como a data, a hora e uma lista dos aplicativos utilizados recentemente.

Julgue os itens de **18** a **22**, relativos ao programa de navegação Google Chrome, em sua versão mais recente, às noções de vírus, *worms* e pragas virtuais e aos procedimentos de *backup*.

- 18** A ação de limpar o cache não é permitida pelo Chrome, tendo em vista que esse procedimento poderá impedir que uma página *web* seja carregada.
- 19** No Google Chrome, o usuário poderá escolher os itens que deseja excluir do histórico. Alguns itens que podem ser excluídos são as senhas salvas e os *cookies*.
- 20** Quando um computador é infectado por um arquivo malicioso, diz-se que ele foi vítima de um tipo de vírus muito difundido na informática, o Deface. Esse vírus tem como característica principal formatar o computador do usuário sem que ele perceba.
- 21** Uma das características dos vírus de computador é sua capacidade de autorreplicação.
- 22** Arquivos que já foram becapeados uma vez não podem ser becapeados novamente pelos *softwares* de becape.

Em uma empresa, os colaboradores trabalham em 3 turnos diferentes. O turno matutino requer o quádruplo de trabalhadores necessários para o turno noturno. O turno vespertino, por sua vez, precisa de duas pessoas a mais que a soma dos demais turnos. Em uma reunião na qual 5 trabalhadores estavam ausentes, os demais colaboradores somavam 45 pessoas.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens de **23** a **25**.

- 23** Menos de 20 pessoas trabalham no turno da manhã.
- 24** O número de formas possíveis de se escolher os trabalhadores para o turno da noite é inferior a 50⁴.
- 25** Suponha-se que a primeira pessoa a chegar na reunião citada tenha acendido as luzes e a segunda pessoa tenha organizado as cadeiras. Nesse caso, há mais de 44² formas de as tarefas terem sido realizadas por diferentes trabalhadores.

RASCUNHO

No modelo de cores RGB, uma cor é descrita indicando-se quanto de cada cor – vermelho (*red*), verde (*green*) e azul (*blue*) – está incluído. A cor é expressa como uma tripla RGB ($r; g; b$), cujas componentes podem variar de zero (completamente escuro) a um valor máximo definido (completamente intenso). Se todas as componentes estiverem em zero, o resultado será o preto; se todas estiverem no máximo, o resultado será o branco.

Nos computadores, os valores das componentes são armazenados como números inteiros, no intervalo de 0 a 255. Nesse sistema, o verde completamente intenso, por exemplo, é representado pela tripla (0; 255; 0).

Outra representação usual é a escala percentual, na qual os valores das componentes são números reais que variam no intervalo de 0% a 100%.

A partir do texto acima, julgue os itens de **26 a 29**.

- 26** Sabendo-se que o amarelo possui o vermelho e o verde completamente intensos e o azul completamente escuro, é correto concluir que sua representação na escala de 0 a 255 é a tripla (255; 255; 0).
- 27** O número total de cores que se pode formar na escala de 0 a 255 é igual a 2^{24} .
- 28** Se o código RGB de uma cor é a tripla (255; 204; 0), então sua representação na escala percentual é (100%; 80%; 0%).
- 29** Se o código RGB de uma cor na escala percentual é (40%; 50%; 80%), então sua representação na escala de 0 a 255 é (102; 127,5; 204).

Uma pessoa vai ao mercado e, devido aos preços dos produtos, percebe que só é possível comprar laranjas, latas de ervilha e leite, obedecendo-se às seguintes condições: ou se compra laranja ou se compra ervilha; caso se compre laranja, então deve-se comprar leite; e não se pode comprar leite e ervilha ao mesmo tempo.

As laranjas são esferas perfeitas de diâmetro d , as latas de ervilha são cilindros de diâmetro e altura também iguais a d e o leite é vendido em caixas cúbicas de lado igual ao mesmo valor d .

Com base nesse caso hipotético, julgue os itens de **30 a 32**.

- 30** Uma opção válida é não comprar laranja nem leite, mas comprar ervilha.
- 31** Se d vale 10 cm, então a capacidade da lata de ervilha é de $\frac{\pi}{2}$ L.
- 32** A razão entre o volume da caixa de leite e o volume da laranja é igual a $\frac{4}{3}$.

O Oscar 2020, que aconteceu no dia 9 de fevereiro, em Los Angeles, foi histórico. Após anos e mais anos de vencedores insossos, para dizer o mínimo, é refrescante e sintomático que **Parasita** seja o grande vencedor da noite.

Internet: <<https://claudia.abril.com.br>>.

Acerca do assunto abordado no texto acima e de temas correlatos, julgue os itens de **33 a 36**.

- 33** **Parasita** levou os prêmios de Melhor Filme, Melhor Filme Internacional, Melhor Direção e Melhor Roteiro Original.
- 34** O “grande vencedor da noite” foi um filme coreano e foi também o que mais recebeu indicações nas diversas categorias.
- 35** Pela quarta vez na história do Oscar, Joaquin Phoenix levou para casa a estatueta de Melhor Ator, por sua atuação em **Coringa**.
- 36** O cinema brasileiro, pela primeira vez, recebeu uma estatueta: **Democracia em Vertigem** levou o prêmio de Melhor Documentário.

A respeito de assuntos relacionados ao contexto social, político e econômico do estado do Paraná, bem como de sua geografia e história recente, julgue os itens de **37 a 40**.

- 37** Uma nova ponte entre o Brasil e o Paraguai está sendo construída entre Foz do Iguaçu e a cidade paraguaia de Presidente Franco, com conclusão prevista para 2022.
- 38** O Paraná passou incólume pelo surto de sarampo que atingiu o Brasil nos últimos meses: não foram registrados casos no estado.
- 39** Segundo estimativa do IBGE, em 2019, o Paraná era o quinto estado mais populoso do Brasil, tendo apresentado, em relação a 2018, um crescimento populacional inferior à média nacional.
- 40** O agronegócio foi responsável pela maior parte das exportações do Paraná em 2019, com destaque para a soja, que liderou as exportações de grãos do estado.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

A Lei n.º 9.784/1999 estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração. No que se refere aos regramentos dessa norma, julgue os itens de **41 a 45**.

- 41** É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou a autoridade que tenha interesse, direto ou indireto, na matéria ou que esteja litigando, judicial ou administrativamente, com o interessado ou com o respectivo cônjuge ou companheiro.
- 42** Pode ser arguida a suspeição de autoridade que tenha inimidade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.
- 43** Dispensam a motivação os atos administrativos que decorram de reexame de ofício ou que decidam recursos administrativos.
- 44** Terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessada pessoa portadora de moléstia profissional ou vítima de acidente de trabalho.
- 45** Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte de sua competência a outros órgãos ou titulares, desde que estes lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica.

Quanto às disposições da Lei n.º 4.886/1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, julgue os itens de **46 a 50**.

- 46** Exerce a representação comercial autônoma a pessoa jurídica ou a pessoa física, sem relação de emprego, que desempenhe, em caráter não eventual por conta de uma ou mais pessoas, a mediação para a realização de negócios mercantis, agenciando propostas ou pedidos, para transmiti-los aos representados, praticando ou não atos relacionados com a execução dos negócios.
- 47** É obrigatório o registro dos que exerçam a representação comercial autônoma nos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais.
- 48** A desídia do representante no cumprimento das obrigações decorrentes do contrato não constitui justo motivo para a rescisão do contrato de representação comercial pelo representado.
- 49** O representante comercial poderá exercer sua atividade em mais de uma empresa, desde que esteja expressamente autorizado no contrato celebrado com o representado.
- 50** No caso de falência do representado, as importâncias por ele devidas ao representante comercial, relacionadas com a representação, inclusive comissões vencidas e vincendas, indenização e aviso prévio, serão consideradas como créditos da mesma natureza dos créditos trabalhistas.

Na atividade pública, espera-se que o servidor eleja sempre a melhor conduta, mantendo padrões éticos de comportamento e visando ao interesse de toda a comunidade. Com relação à ética no serviço público, julgue os itens de **51 a 55**.

- 51** A ética é condição que possibilita o conhecimento do dever, que repousa no reconhecimento da necessidade de se respeitar a todos como fins em si mesmos, e não como meios para outros objetivos.
- 52** Atos e procedimentos administrativos não podem expressar a vontade individual do agente que os exterioriza, pois o interesse público está acima de quaisquer outros tipos de interesse.
- 53** O servidor público pode receber contraprestação de particulares a fim de otimizar respostas no serviço público, uma vez que seu salário pode ser diretamente custeado pelo cidadão, desde que este valor não exceda 30% daquele pago pela União.
- 54** Não se pode exigir que o servidor público seja cortês e cuidadoso no trato com os cidadãos, pois suas características pessoais são intrínsecas e desvinculadas da atividade pública.
- 55** O servidor não pode se utilizar de amizades, do cargo ou da função para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem.

O Título II da Constituição Federal brasileira de 1988 dispõe sobre os direitos e as garantias fundamentais, estabelecendo uma série de normas e princípios relativos aos direitos e deveres individuais e coletivos, aos direitos sociais, à nacionalidade, aos direitos políticos, entre outros. Com base nos referidos preceitos constitucionais, julgue os itens de **56 a 60**.

- 56** São considerados como brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que um deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- 57** A Constituição Federal de 1988 não admite a extradição de estrangeiros, salvo nos casos de cometimento de crimes políticos ou de opinião contra nações amigas.
- 58** Os cargos de presidente da República, presidente da Câmara dos Deputados e presidente do Senado Federal são privativos de brasileiros natos ou naturalizados.
- 59** São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais a remuneração do trabalho noturno superior à do diurno e o repouso semanal remunerado.
- 60** É livre a associação profissional ou sindical, desde que haja autorização do Estado para a fundação do sindicato, sendo vedada a criação de mais de uma organização sindical, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial.

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como aos demais princípios e normas reguladoras da atividade estatal. No que diz respeito às disposições constitucionais sobre a Administração Pública, julgue os itens de **61 a 65**.

- 61** A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- 62** As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- 63** São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, os quais só poderão ser demitidos em virtude de sentença judicial ou em razão da extinção do órgão.
- 64** A publicidade de programas, obras e serviços dos órgãos públicos tem caráter educativo, informativo e de orientação social, dela devendo constar nomes, símbolos ou imagens que identifiquem as autoridades ou os servidores públicos responsáveis por sua execução.
- 65** O servidor público da administração direta investido no mandato de vereador perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, desde que haja compatibilidade de horários.

Os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, previstos na Constituição Federal, estabelecem a forma, a estrutura e os fundamentos do Estado brasileiro, a divisão dos poderes, os objetivos primordiais a serem perseguidos e as diretrizes a serem adotadas nas relações internacionais. Sob a ótica constitucional brasileira, julgue os itens de **66 a 70**.

- 66** É característica da república o caráter representativo dos governantes, a alternância no poder e a responsabilização política, civil e penal de seus detentores.
- 67** O princípio federativo tem como núcleo essencial a autonomia constitucional dos entes da federação, estabelecendo a soberania de cada estado, em detrimento da existência de um governo central.
- 68** No Estado Democrático de Direito, consiste em exercício da cidadania a participação política do indivíduo nos negócios do Estado e em outras áreas de interesse público.
- 69** Entre os princípios pelos quais se rege a República Federativa do Brasil nas relações internacionais, estão o da intervenção e o da prevalência dos direitos humanos.
- 70** O princípio da solução pacífica dos conflitos exige que, na maior medida possível, o Estado brasileiro busque resolver suas contendas internas e externas sem o uso da força e apoie a adoção de medidas não coativas para a resolução de controvérsias internacionais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Considerando a Lei n.º 9.784/1999 e a jurisprudência dos tribunais superiores a seu respeito, julgue os itens de **71 a 75**.

- 71** O prazo decadencial para que a Administração declare nulos seus próprios atos observa, subsidiariamente, as causas interruptivas e suspensivas previstas no Código Civil.
- 72** O prazo decadencial de cinco anos previsto na Lei n.º 9.784/1999 alcança não somente a hipótese de nulidade, mas também a de anulação.
- 73** Inexistindo disposição específica, o prazo decadencial para declaração de nulidade de atos no âmbito da Administração Federal poderá ser aplicado subsidiariamente a estados e municípios.
- 74** O prazo decadencial para que a Administração declare a nulidade de seus atos incide mesmo em direitos originados antes da entrada em vigência da lei ou que, por inércia, não tenham sido exercidos.
- 75** Situações flagrantemente inconstitucionais estão a salvo do prazo decadencial quinquenal que rege a Administração Federal, uma vez que inconstitucionalidades não se convalidam com o tempo.

No que se refere à lei de improbidade administrativa, julgue os itens de **76 a 80**.

- 76** A sanção de demissão, na esfera disciplinar, em razão de improbidade administrativa depende, antes, do reconhecimento da conduta como tal na seara judicial.
- 77** Prescritas as demais pretensões punitivas, a cobrança de ressarcimento ao erário deduzida em ação própria deverá observar o rito especial da lei de improbidade.
- 78** A ausência de notificação do réu para oferecimento de defesa prévia em sede de improbidade enseja nulidade absoluta insanável.
- 79** Dado não ser possível o ajuizamento de ação de improbidade exclusivamente contra particular, há litisconsórcio passivo necessário entre aqueles, particular e público, que eventualmente tenham agido em concurso.
- 80** A indisponibilização de bens do réu em ação de improbidade prescinde da demonstração de risco ou da prática de dilapidação patrimonial.

Acerca dos agentes públicos e de sua relação com a Administração, julgue os itens de **81 a 85**.

- 81** A nomeação tardia, por via judicial, de candidatos aprovados em concurso público gera direito, para eles, aos efeitos funcionais correspondentes caso houvessem sido nomeados a tempo e modo.
- 82** Por não possuir competência jurisdicional, mas sim administrativa, cabe ao Conselho Nacional de Justiça, no âmbito do Judiciário, rever critérios de avaliação de concursos públicos realizados perante aquele Poder.
- 83** A apuração administrativa de suspeitas de irregularidades em concursos públicos exige a observância do contraditório e da ampla defesa.
- 84** De modo a se preservar a higidez dos concursos públicos, a simples suspeita de irregularidade já é motivo fundado para que se torne necessária a anulação do certame.

- 85** A teoria do fato consumado admite que servidor autorize que servidor aposentado que haja ingressado no serviço público por força de decisão precária conserve sua situação funcional de inatividade caso decisão posterior, em cognição exauriente, reforme o provimento original.

De acordo com a Constituição e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens de **86 a 90** quanto ao Tribunal de Contas da União (TCU).

- 86** O TCU está autorizado a, no exercício de sua competência, realizar controle de constitucionalidade difuso de leis e atos do Poder Público.
- 87** O controle externo empreendido pelo TCU alcança a modalidade preventiva, autorizando a exigência de submissão prévia de atos e projetos àquele crivo.
- 88** No exercício de suas funções, o TCU pode recorrer ao poder geral de cautela, inclusive para o fim de efetiva indisponibilidade patrimonial de indivíduos.
- 89** Pelo princípio da simetria, é inconstitucional a disposição estadual que atribua, com exclusividade, à assembleia legislativa o julgamento de contas do chefe do Poder Executivo, excluindo da análise o corte de contas.
- 90** Os recursos puramente privados de entidades que, em princípio, seriam alcançadas pela competência fiscalizatória do TCU estão dispensados de integrar prestação de contas.

Com base no controle de constitucionalidade e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens de **91 a 95**.

- 91** Na medida em que perpassa dever de decidir sobre a própria substância do poder, a jurisdição constitucional do Supremo Tribunal Federal revela atividade essencialmente política.
- 92** Razões de conveniência e de discricionariedade estatal não se põem acima da Constituição nem se imunizam ao controle de constitucionalidade sob o signo de um pretensão pragmatismo governamental.
- 93** Por meio de uma exegese atualizadora e de leituras oxigenadas acerca dos dispositivos constitucionais, a interpretação constitucional não raramente orienta processos informais de mutação constitucional.
- 94** Em prestígio ao princípio da separação dos Poderes, todos os atos emanados das Casas do Congresso Nacional em matéria *interna corporis* estão imunes ao controle de constitucionalidade.
- 95** A alteração redacional, mas não em essência, de dispositivo impugnado em controle concentrado perante o Supremo Tribunal Federal já é suficiente para prejudicar o julgamento da ação.

Julgue os itens de **96 a 100** a respeito da repercussão geral e das técnicas de decisão em sede de controle de constitucionalidade.

- 96** A técnica da interpretação conforme a Constituição resulta na delimitação de conteúdo normativo constitucional dotado de carga cogente e que emana do dispositivo em questão sem que dependa de intermediação legislativa.
- 97** A técnica da “interpretação conforme” tem lugar ainda que a literalidade da disposição constitucional não conviva com polissemias ou com pluralidade de sentidos que faça surgir controvérsia constitucional relevante.
- 98** A repercussão geral reconhecida tacitamente no Plenário Virtual não gera preclusão judicial, não impedindo que, por ocasião do julgamento físico colegiado, se revise a preliminar.
- 99** Defeitos formais de menor importância que contaminem o recurso extraordinário afetado como paradigma de repercussão geral não podem ser desconsiderados, preferindo-se sua substituição por outro recurso que adentre o tema a ser decidido objetivamente.
- 100** A repercussão geral já reconhecida anteriormente se torna presumida e desonera futuros recorrentes de sua invocação ou demonstração nos apelos extraordinários seguintes.

Julgue os itens de **101 a 105**, relativos à responsabilidade civil por danos morais.

- 101** A quantificação da indenização por danos morais deve observar as circunstâncias do caso concreto e o interesse lesado, evitando, assim, uma tarifação que estabeleça parâmetros fechados para casos distintos ou um caráter puramente subjetivo.
- 102** O chamado dano moral reflexo, ou em ricochete, é defendido por parcela doutrinária, mas não se encontra acolhido na jurisprudência, que limita ao ofendido a legitimidade para postular indenização pelo abalo sofrido.
- 103** O dano moral por abandono afetivo tem no reconhecimento da paternidade questão prejudicial de que depende para eventual configuração.
- 104** O prazo prescricional para exercício de pretensão condenatória, em danos morais, em razão de abandono afetivo somente se inicia a partir da maioria do autor.
- 105** Pessoas jurídicas podem ser sujeitos passivos de ofensa à sua honra objetiva, incluídas nessa possibilidade as entidades de direito público.

Conforme a jurisprudência dos tribunais superiores acerca do Código de Defesa do Consumidor, julgue os itens de **106 a 110**.

- 106** O envio não autorizado de cartão de crédito ao consumidor gera dano presumido e impõe multa administrativa ao fornecedor.
- 107** Inexiste responsabilidade objetiva por parte de instituições financeiras em razão de crime ocorrido em suas dependências quando este se originar de fato exclusivo de terceiro.

- 108** A revisão judicial de taxa de juros remuneratórios é livre sempre que se tratar de contratos sob o regime de direito do consumidor.
- 109** A simples cobrança indevida do consumidor pelo fornecedor, sem que haja inscrição em cadastro restritivo de crédito, já produz dano moral presumido e indenizável.
- 110** A legislação consumerista rege os contratos entre segurados e entidades abertas ou fechadas de previdência complementar.

Segundo o Código de Processo Civil e a jurisprudência dos tribunais superiores aplicável, julgue os itens de **111 a 115** no que se refere a recurso de agravo de instrumento.

- 111** O agravo de instrumento exige, para composição adequada do traslado, a autenticação das cópias das peças legalmente obrigatórias.
- 112** Nos processos físicos, a ausência de notificação do juízo agravado pelo agravante acerca da interposição de seu recurso, a fim de possibilitar eventual retratação, ensejará o não conhecimento do recurso em segundo grau, exigindo-se para tanto, contudo, provocação por parte do agravado no âmbito do tribunal.
- 113** Ainda não publicada a decisão agravada, a Fazenda Nacional poderá comprovar a tempestividade de seu recurso a partir do termo de vista pessoal.
- 114** No caso dos particulares em geral, a certidão de intimação, para fins de demonstração da tempestividade do recurso, é documento obrigatório, indispensável e insubstituível.
- 115** Distribuído o recurso de agravo de instrumento no âmbito do tribunal de segundo grau, poderá o relator, nas hipóteses legais, decidi-lo monocraticamente, exigindo-se, contudo, a intimação prévia do agravado para contrarrazões sempre que a decisão puder resultar em prejuízo em seu desfavor.

Considerando o Código de Processo Civil e a jurisprudência dos tribunais superiores aplicável, julgue os itens de **116 a 120** com relação à ação civil pública.

- 116** Em sede de ação civil pública, são devidos honorários sucumbenciais indistintamente, seja em desfavor do autor, seja ele quem for, seja em desfavor do réu.
- 117** A ação civil pública em matéria ambiental não admite inversão do ônus da prova, haja vista esta já decorrer de lei em razão da responsabilidade objetiva do poluidor-pagador.
- 118** A dispensa de custas em ação civil pública dirige-se apenas, e em princípio, ao autor, não desonerando o réu.
- 119** A abrangência territorial da coisa julgada formada em ação civil pública se orienta pelos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, e não por limites geográficos.
- 120** Ajuizada ação coletiva relativa à macrolide, as demandas individuais sobre o tema deverão ser suspensas para aguardar o julgamento daquela primeira.